

CÂMARA DOS DEPUTADOS

| APENSADOS | |
|-----------|-----------|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | APENSADOS |

2000

239

AUTOR:

(DO SR. HUGO BIEHL E OUTROS)

N° DE ORIGEM:

EMENTA:

Acrescenta inciso ao art. 22 da Constituição Federal.

DESPACHO:

23/05/2000 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.)

AO ARQUIVO, EM 15/66/2000

| REGIME DE | TRAMITAÇÃO |
|-----------|--------------|
| ESPECIAL | |
| COMISSÃO | DATA/ENTRADA |
| | 1 1 |
| | 1 1 |
| | 1 1 |
| | 1 1 |
| | 1 1 |
| | 1 1 |

| F | PRAZO DE EMENDAS | 3 |
|----------|------------------|---------|
| COMISSÃO | INÍCIO | TÉRMINO |
| | 1 1 | 1 1 |
| | 1 1 | 1 1 |
| | 1 1 | 1 1 |
| | 1 1 | 1 1 |
| | 1 1 | 1 1 |
| | 1 1 | 1 1 |
| | 1 1 | 1 1 |

| DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / N | VISTA | | | |
|-----------------------------------|-------------|----------------|---|---|
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: | | | |
| Comissão de: | | Em: | 1 | 1 |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: | - | | |
| Comissão de: | | Em: | 1 | 1 |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: | | | |
| Comissão de: | 5 | Em: | 1 | 1 |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: | | | |
| Comissão de: | | Em: | 1 | 1 |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: | à z | | |
| Comissão de: | | Em: | 1 | 1 |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: | - | | |
| Comissão de: | | Em: | 1 | 1 |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: | | | |
| Comissão de: | | Em: | 1 | 1 |
| A(o) Sr(a). Deputado(a): | Presidente: | - | | |
| Comissão de: | | Em: | 1 | 1 |

DCM 3.17.07.064-9 (NOV/97)

CÂMARA DOS DEPUTADOS





Acrescenta inciso ao art. 22 da Constituição Federal.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.)

A PEC aditiva apresentada adiciona ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado, um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares,etc.,

" Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 17 de outubro de 1969, em seu Art. 8º, inciso XVII, alíneas "c" e "d", atribuía competência exclusiva à União para legislar sobre normas de defesa e proteção da saúde e sobre produção e consumo.

Este critério adotado pelo constituinte de 1969, permitia uma harmonização de âmbito nacional, em matéria de tão alta relevância como é a saúde pública, em especial na área de alimentos e, nas respectivas normas que regem a fiscalização e inspeção de seus processos de produção e consumo.





Infelizmente, constituinte de 1988, não 0 levando consideração que, temas dessa natureza, é de toda em conveniência que a competência se restrinja ao âmbito federal, evitando, deste modo, que a legislação diferenciada ou conflitante entre União e Estado acarrete divercionismos inconvenientes a nível federal, optou por caminho diverso, estabelecendo no Art. 24, incisos V e XII, da atual Constituição Federal, o critério da competência concorrencial entre União e Estados para legislar sobre "produção e consumo" e "proteção e defesa da saúde", incluindo também a área de alimentos.

Ocorre que, a opção por este critério, vem permitindo a promulgação de uma enorme profusão de normas, principalmente em âmbito estadual e municipal, tornando economicamente inviável e materialmente impossível produzir alimentos que atendam a padrões diferentes em Estados e Municípios.

Acresce notar que atualmente existe uma grande concentração de alimentos industrializados, produzidos por empresas, que tem unidades produtoras em diversos estados, sendo impraticável atender inúmeras legislações diferenciadas.

Ora, sem a unificação e coerência das normas, o processo produtivo corre o risco de ser gravemente afetado em nível regional ou nacional, com severas consequências para o consumidor, sem mencionar ainda as dificuldades para implantação de acordos internacionais, como é o caso do Mercosul.

Talvez o estímulo que tenha influenciado o legislador de 1988 a optar por uma posição que gera tanta controvérsia, encontre razão no sistema único e descentralizado de saúde previsto nos artigos 196 e seguintes da Constituição Federal.

Ressalte-se, entretanto, que atribuir competência única à União para legislar em matéria de "proteção e defesa da saúde" e de "produção e consumo" em matéria de alimentos, em nada prejudica a sistemática adotada pelo Título VII capítulo II, seção II - Da saúde, da atual





Constituição Federal, muito ao contrário, os procedimentos harmonizados em nível federal poderiam ser descentralizados uniformemente, com direção única em cada esfera de governo, mas com supervisão de um único comando que, no caso, seria a União.

Assim, com base nessa análise, recomenda-se que os legisladores resguardem o conjunto de conceitos básicos na área de alimentos que devem sempre estar presentes em qualquer norma legal que tenha por objetivo a padronização, formulação, autorização, rotulagem, registro, transporte, armazenagem, fiscalização ou inspeção de alimentos, a saber:

- Padronização única para alimentos. O PIQ Padrão de Identidade e Qualidade deve ser estabelecido por um único órgão federal e com validade para todo o território nacional.
- 2. Registro único, quando for o caso, para alimentos em órgão federal.
- 3. Regras bromatológicas de caráter nacional para armazenagem, transporte, embalagem e rotulagem de alimentos, eliminando-se exigências específicas para que estes possam ser produzidos ou comercializados em determinados Estados ou Municípios.
- Permissão ou proibição nacional para utilização de aditivos intencionais, incidentais, coadjuvantes de tecnologia, bem como limites máximos de resíduos de qualquer natureza.
- 5. Procedimentos padronizados, em nível nacional, para inspeção no local de produção ou fiscalização em ponto de venda, ainda que tal atividade seja exercida por autoridade municipal, estadual ou federal. É de fundamental importância que os procedimentos de coleta de amostras para exames descrevam as condições em que os produtos são encontrados, principalmente no diz respeito a armazenagem frigorificada e prazo de validade para alimentos com recomendações especiais.
- 6. Proibição de duplicidade de fiscalização ou inspeção em idênticos níveis. A simultaneidade de fiscalização por autoridades municipais,





estaduais e federais, ou por autoridades de diferentes ministérios ou secretarias, representa dispersão de esforços e recursos, além de tumultuar o processo produtivo dos alimentos. É necessário que um único órgão fiscalize cada etapa do processo.

- 7. Normas analíticas e planos de amostragem uniformes para alimentos, com métodos laboratoriais padronizados, evitando-se resultados divergentes com danos irreparáveis para o produto, quando divulgadas pela imprensa.
- 8. Apoio aos esforços para a adequada concretização do Mercado Comum do Sul (Mercosul), defendendo uma legislação bromatológica provisória harmônica, baseada sempre no princípio das regras vigentes no país de destino do produto, sem embargo da adoção de regras definitivas no momento oportuno.
- 9. Padronização de normas relacionadas a novos alimentos e ingredientes, por exemplo, alimentos oriundos de biotecnologia e de irradiação.

Diante do exposto e tendo em vista os benefícios que advirão desta proposta, peço aos nobres deputados e senadores o apoio necessário à aprovação da mesma.

Sala das Sessões, em

Deputado Hugo Biehl

4

10 05 00

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

17/05/00 12:54:53

Página: 001

Tipo da Proposição: PEC

Autor da Proposição: HUGO BIEHL E OUTROS

Data de Apresentação: 10/05/00

Ementa: Acrescenta inciso ao Art. 22 da Constituição Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

| Confirmadas | 171 |
|--------------|-----|
| Não Conferem | 001 |
| Licenciados | 005 |
| Repetidas | 002 |
| llegíveis | 000 |
| Retiradas | 000 |

Assinaturas Confirmadas

| 1 | ABELARDO LUPION | PFL | PR |
|----|----------------------------|-------|----|
| 2 | ADEMIR LUCAS | PSDB | MG |
| 3 | AFFONSO CAMARGO | PFL | PR |
| 4 | AGNELO QUEIROZ | PCdoB | DF |
| 5 | AIRTON DIPP | PDT | RS |
| 6 | ALBÉRICO CORDEIRO | PTB | AL |
| 7 | ALBÉRICO FILHO | PMDB | MA |
| 8 | ALBERTO FRAGA | PMDB | DF |
| 9 | ALBERTO GOLDMAN | PSDB | SP |
| 10 | ALBERTO MOURÃO | PMDB | SP |
| 11 | ALCESTE ALMEIDA | PMDB | RR |
| 12 | ALCEU COLLARES | PDT | RS |
| 13 | ALCIONE ATHAYDE | PPB | RJ |
| 14 | ALDIR CABRAL | PSDB | RJ |
| 15 | ALEX CANZIANI | PSDB | PR |
| 16 | ALMEIDA DE JESUS | PL | CE |
| 17 | ANGELA GUADAGNIN | PT | SP |
| 18 | ANÍBAL GOMES | PMDB | CE |
| 19 | ANIVALDO VALE | PSDB | PA |
| 20 | ANTONIO CAMBRAIA | PSDB | CE |
| 21 | ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS | PFL | SC |
| 22 | ANTÔNIO DO VALLE | PMDB | MG |
| 23 | ANTÔNIO JORGE | PTB | TO |
| 24 | ARACELY DE PAULA | PFL | MG |
| 25 | ARMANDO ABÍLIO | PMDB | PB |
| 26 | ARY KARA | PPB | SP |
| 27 | AUGUSTO FRANCO | PSDB | SE |

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

17/05/00 12:54<u>:53</u> Página: 002

| 28 | AUGUSTO NARDES | | PPB | RS |
|----|-------------------------|-----|-------|----|
| 29 | BETINHO ROSADO | | PFL | RN |
| 30 | BISPO WANDERVAL | | PL | SP |
| 31 | BONIFÁCIO DE ANDRAD | A | PSDB | MG |
| 32 | CABO JÚLIO | | PL | MG |
| 33 | CAIO RIELA | | PTB | RS |
| 34 | CARLOS BATATA | | PSDB | PE |
| 35 | CELCITA PINHEIRO | | PFL | MT |
| 36 | CLEONÂNCIO FONSECA | i i | PPB | SE |
| 37 | CLEUBER CARNEIRO | | PFL | MG |
| 38 | CORIOLANO SALES | | PMDB | BA |
| 39 | CUNHA BUENO | | PPB | SP |
| 40 | DARCI COELHO | | PFL | TO |
| 41 | DE VELASCO | | PSL | SP |
| 42 | DELFIM NETTO | | PPB | SP |
| 43 | DILCEU SPERAFICO | | PPB | PR |
| 44 | DR. BENEDITO DIAS | | PPB | AP |
| 45 | DR. EVILÁSIO | | PSB | SP |
| 46 | DR. HÉLIO | | PDT | SP |
| 47 | EDINHO BEZ | | PMDB | SC |
| 48 | EDMAR MOREIRA | | PPB | MG |
| 49 | EDUARDO BARBOSA | | PSDB | MG |
| 50 | EDUARDO CAMPOS | | PSB | PE |
| 51 | EULER RIBEIRO | | PFL | AM |
| 52 | EVANDRO MILHOMEN | | PSB | AP |
| 53 | EXPEDITO JÚNIOR | | PFL | RO |
| 54 | FÉLIX MENDONÇA | | PTB | BA |
| 55 | FERNANDO CORUJA | | PDT | SC |
| 56 | FERNANDO DINIZ | | PMDB | MG |
| 57 | FERNANDO GABEIRA | | PV | RJ |
| 58 | FERNANDO GONÇALVES | S | PTB | RJ |
| 59 | FETTER JÚNIOR | | PPB | RS |
| 60 | FEU ROSA | | PSDB | ES |
| 61 | FRANCISCO RODRIGUE | S | PFL | RR |
| 62 | GERMANO RIGOTTO | | PMDB | RS |
| 63 | GERSON PERES | | PPB | PA |
| 64 | GERVÁSIO SILVA | | PFL | SC |
| 65 | GESSIVALDO ISAIAS | | PMDB | PI |
| 66 | GILBERTO KASSAB | | PFL | SP |
| 67 | GONZAGA PATRIOTA | | PSB | PE |
| 68 | HUGO BIEHL | | PPB | SC |
| 69 | IARA BERNARDI | | PT | SP |
| 70 | IBERÊ FERREIRA | | PPB | RN |
| 71 | INÁCIO ARRUDA | | PCdoB | CE |
| 72 | INALDO LEITÃO | | PSDB | PB |
| 73 | IRIS SIMÕES | | PTB | PR |
| 74 | JAIME MARTINS | | PFL | MG |
| 75 | JAIR BOLSONARO | | PPB | RJ |
| | | | | |



SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

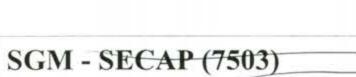
17/05/00_12:54:54 Página: 003

| 76 | JOÃO FASSARELLA | PT | MG |
|--------|--|------|----|
| 77 | JOÃO LEÃO | PSDB | BA |
| 78 | JOÃO MATOS | PMDB | SC |
| 79 | JOÃO MENDES | PMDB | RJ |
| 80 | JOÃO PAULO | PT | SP |
| 81 | JOÃO PIZZOLATTI | PPB | SC |
| 82 | JOÃO RIBEIRO | PFL | TO |
| 83 | JOÃO TOTA | PPB | AC |
| 84 | JOAQUIM FRANCISCO | PFL | PE |
| 85 | JOEL DE HOLLANDA | PFL | PE |
| (3000) | JOSÉ ALEKSANDRO | PSL | AC |
| 86 | JOSÉ CARLOS COUTINHO | PFL | RJ |
| 87 | The property of the second | | SC |
| 88 | JOSÉ CARLOS VIEIRA | PFL | |
| 89 | JOSÉ DE ABREU | PTN | SP |
| 90 | JOSÉ ÍNDIO | PMDB | SP |
| 91 | JOSÉ LINHARES | PPB | CE |
| 92 | JOSÉ LOURENÇO | PFL | BA |
| 93 | JOSÉ MACHADO | PT | SP |
| 94 | JOSÉ MILITÃO | PSDB | MG |
| | JOSÉ RONALDO | PFL | BA |
| 96 | JOSÉ THOMAZ NONÔ | PFL | AL |
| 97 | JOSUÉ BENGTSON | PTB | PA |
| 98 | JOVAIR ARANTES | PSDB | GO |
| 99 | JÚLIO REDECKER | PPB | RS |
| 100 | JULIO SEMEGHINI | PSDB | SP |
| 101 | JUQUINHA | PSDB | GO |
| 102 | LINO ROSSI | PSDB | MT |
| 103 | LUCIANO CASTRO | PFL | RR |
| 104 | LUCIANO PIZZATTO | PFL | PR |
| 105 | LUIS BARBOSA | PFL | RR |
| 106 | LUIS CARLOS HEINZE | PPB | RS |
| 107 | LUÍS EDUARDO | PDT | RJ |
| 108 | LUIZ BITTENCOURT | PMDB | GO |
| 109 | LUIZ CARLOS HAULY | PSDB | PR |
| 110 | MARCELO BARBIERI | PMDB | SP |
| 111 | MÁRCIO BITTAR | PPS | AC |
| 112 | MÁRCIO MATOS | PT | PR |
| 113 | MARCONDES GADELHA | PFL | PB |
| 114 | MARCOS CINTRA | PL | SP |
| 115 | MARCOS DE JESUS | PSDB | PE |
| 116 | MARCOS LIMA | PMDB | MG |
| 117 | MARIA ABADIA | PSDB | DF |
| 118 | MARISA SERRANO | PSDB | MS |
| 119 | MAX ROSENMANN | PSDB | PR |
| 120 | MEDEIROS | PFL | SP |
| 121 | MENDES RIBEIRO FILHO | PMDB | RS |
| 122 | MOACIR MICHELETTO | PMDB | PR |
| 123 | NEIVA MOREIRA | PDT | MA |
| | | | |



Conferência de Assinaturas

| 17/05/00 12:54:54 | | | Página: 004 |
|-------------------|----------------------------------|--------------|-------------|
| 124 | NELSON MARQUEZELLI | PTB | SP |
| 125 | NELSON MEURER | PPB | PR |
| 126 | NELSON OTOCH | PSDB | CE |
| 127 | NORBERTO TEIXEIRA | PMDB | GO |
| 128 | ODELMO LEÃO | PPB | MG |
| 129 | ODÍLIO BALBINOTTI | PSDB | PR |
| 130 | OSMÂNIO PEREIRA | PMDB | MG |
| 131 | OSMAR SERRAGLIO | PMDB | PR |
| 132 | OSVALDO BIOLCHI | PMDB | RS |
| 133 | OSVALDO REIS | PMDB | TO |
| 134 | PAULO KOBAYASHI | PSDB | SP |
| 135 | PEDRO BITTENCOURT | PFL | SC |
| 136 | PEDRO CHAVES | PMDB | GO |
| 137 | RAFAEL GUERRA | PSDB | MG |
| 138 | RAIMUNDO COLOMBO | PFL | SC |
| 139 | RENATO VIANNA | PMDB | SC |
| 140 | RICARDO BARROS | PPB | PR |
| 141 | RICARDO RIQUE | PSDB | PB |
| 142 | ROBERTO ARGENTA | PHS | RS |
| 143 | ROBERTO BALESTRA | PPB | GO |
| 144 | ROBERTO ROCHA | PSDB | MA |
| 145 | RODRIGO MAIA | PTB | RJ |
| 146 | ROLAND LAVIGNE | PFL | BA |
| 147 | ROMEL ANIZIO | PPB | MG |
| 148 | ROMEU QUEIROZ | PSDB | MG |
| 149 | RONALDO CAIADO | PFL | GO |
| 150 | RONALDO VASCONCELLOS | PFL | MG |
| 151 | RUBENS BUENO | PPS | PR |
| 152 | RUBENS FURLAN | PPS | SP |
| 153 | SANTOS FILHO | PFL | PR |
| 154 | SAULO PEDROSA | PSDB | BA |
| | SERAFIM VENZON | PDT | SC |
| | SÉRGIO BARROS | PSDB | AC |
| | SÉRGIO NOVAIS | PSB | CE |
| | SÉRGIO REIS | PSDB | SE |
| 2/10/20/20 | SEVERINO CAVALCANTI | PPB | PE |
| | SILAS BRASILEIRO | PMDB | MG |
| 161 | | PPB | RJ |
| | SYNVAL GUAZZELLI | PMDB | RS |
| | TELMO KIRST | PPB | RS |
| | TETÉ BEZERRA | PMDB | MT |
| | UBIRATAN AGUIAR | PSDB | CE |
| | VICENTE CAROPRESO | PSDB | SC |
| 227227474 | VITTORIO MEDIOLI | PSDB | MG |
| 10000 | WAGNER SALUSTIANO WALDIR SCHMIDT | PPB | SP |
| | WELINTON FAGUNDES | PMDB PSDB | RS MT |
| | WERNER WANDERER | PFL | PR |
| 17.1 | VALIMEN ANAMORIEU | FIL | 1.13 |



Conferência de Assinaturas

17/05/00 12:54:54

Página: 005

Assinaturas que Não Conferem

1 JURANDIL JUAREZ

PMDB

AP

Assinaturas de Deputados(as) Licenciados(as)

| 1 | ANTÔNIO JOSÉ MOTA | PMDB | CE |
|---|-------------------|------|----|
| 2 | CARLOS MELLES | PFL | MG |
| 3 | CORNÉLIO RIBEIRO | PDT | RJ |
| 4 | FREIRE JÚNIOR | PMDB | TO |
| 5 | IVANIO GUERRA | PFL | PR |

Assinaturas Repetidas

| 1 | HUGO BIEHL | PPB | SC | |
|---|----------------|-----|----|--|
| 2 | JAIR BOLSONARO | PPB | RJ | |







CÂMARA DOS DEPUTADOS SECRETARIA-GERAL DA MESA Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposição

Ofício nº /08 / 00

Brasília, 17 de maio de 2000.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Sr. Deputado HUGO BIEHL E OUTROS, que "Acrescenta inciso ao Art. 22 da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

171 assinaturas confirmadas; 001 assinatura não confirmada; 005 deputados licenciados; 002 assinaturas repetidas.

Atenciosamente,

CLÁUDIA NEVES C. DE SOUZA

Chefe

A Sua Senhoria o Senhor Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA Secretário-Geral da Mesa N E S T A



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO CAPÍTULO II DA UNIÃO

- Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
- I direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
 - II desapropriação;
- III requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
 - IV águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
 - V serviço postal;
 - VI sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;
 - VII política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;
 - VIII comércio exterior e interestadual;
 - IX diretrizes da política nacional de transportes;
- X regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
 - XI trânsito e transporte;
 - XII jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;
 - XIII nacionalidade, cidadania e naturalização;
 - XIV populações indígenas;
- XV emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- XVI organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI

XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais:

 XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

 XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - seguridade social;

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

XXV - registros públicos;

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art.37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art.173, § 1°, III;

* Inciso XXVII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 06 1998.

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX - propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

- Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- I zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

 II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

 III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;





- IV impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
 - VII preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização,
 promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

- Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
- I direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
 - II orçamento;
 - III juntas comerciais;
 - IV custas dos serviços forenses;
 - V produção e consumo;
- VI florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
 - IX educação, cultura, ensino e desporto;
- X criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI



XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e defensoria pública;

 XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

- XVI organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
- § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- § 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO II Da Saúde

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CEDI

- Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
 - I descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Parágrafo único. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

- § 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- § 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- § 3º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.
- § 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.
- Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:
- I controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;
- II executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
 - III ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
- IV participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;
- V incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

| | (B) (B) 다른 (B) (B) (B) (B) (B) (B) | | | | | | | | |
|--------|------------------------------------|-----------|-----------|----------|---------|-----------|------|----------|-------|
| | VIII | - colabor | rar na pr | oteção o | lo meio | ambiente, | nele | compreer | ndido |
| o do t | rabalho. | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 1969 (*)



Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e,

Considerando que, nos termos do Ato Complementar n.º 38, de 13 de dezembro de 1968, foi decretado, a partir dessa data, o recesso do Congresso Nacional;

Considerando que, decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo federal fica autorizado a legislar sobre todas as matérias conforme o disposto no § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando que a elaboração de emendas à Constituição, compreendida no processo legislativo (art. 49, I), está na atribuição do Poder Executivo federal;

Considerando que a Constituição de 24 de janeiro de 1967, na sua maior parte. deve ser mantida, pelo que, salvo emendas de redação, continuam inalterados os seguintes dispositivos: art. 1.º e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; art. 2.º; art. 3.º; art. 4.º e itens II, IV e V; art. 5.°; art. 6.° e seu parágrafo único; art. 7.° e seu parágrafo único; art. 8.º, seus itens I, II, III, V, VI, VII e suas alíneas a, c, e d, VIII, IX, X, XI, XII, XV e suas alíneas a, b, c e d, XVI, XVII e suas alíneas a, d, e, f, g, h, j, l, m, n, o, p, q, r, t, u e v e § 2.0; art. 9.0 e seus itens I e III; art. 10 e seus itens I, II, IV, V e alíneas a, b, e c, VI, VII e suas alíneas a, b, d, e, f e g; art. 11. seu § 1.º e suas alíneas a, b e c, e seu § 2.º; art. 12 e seus itens I e II. e seus §§ 1.°, 2.° e 3.°; art. 13 e seus itens I, II, III e IV e seus §§ 2.°, 3.° e 5.°; art. 14; art. 15; art. 16, seu item II e suas alíneas a e b, e seus §§ 1.º e suas alíneas a e b, 3.º e suas alíneas a e b, e 5.º; art. 17 e seus §§ 1.º e 3.º; art. 19 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º, 2.º, 4.º, 5.º e 6.º; art. 20 e seus itens I e III e suas alíneas a, b, c e d; art. 21 e seus itens I, II e III; art. 22 e seus itens III, VI e VII. e seus §§ 1.º e 4.º; art. 23; art. 24 e seu § 7.º; art. 25 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º, alínea a, e 2.º; § 3.º do art. 26; art. 28 e seus itens I, II e III e seu parágrafo único e alíneas a e b; art. 29; art. 30; § 3.º do art. 31; art. 33; § 5.º do art. 34; art. 36 e seus itens I, alíneas a e b, e II, alíneas a, b, c e d; art. 37 e seu item I; § 2.º do art. 38; art. 39; §§ 1.º e 2.º do art. 40; § 1.º do art. 41; art. 42 e seus itens I e II; §§ 1.º e 2.º do art. 43; art. 44, seus itens I e II, e seu parágrafo único; itens III, IV e V do art. 45; art. 46 e seus itens I,

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS — CeDI

art. 84 e seus itens I a VII, e seu parágrafo único; art. 85 e seus parágrafos? art. 87 e seus itens I, II e III; art. 89; art. 90 e seu § 2.°; art. 91 e alíneas a, b e c do item II e item III, e parágrafo único; art. 92 e seus §§ 1.º e 2.º; art. 93 e seu parágrafo único; art. 94 e seus §§ 1.º e 3.º; art. 95 e seu § 2.º; art. 96; art. 97 e seus itens I a IV, e seus §§ 1.º a 3.º; art. 99 caput; art. 100 e seus itens I, II e III e seu § 1.º; art. 101 e seus itens I, alíneas a e b, II, e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; § 2.º do art. 102; art. 103 e seus itens I e II, e seu parágrafo único; art. 105 e seu parágrafo único; art. 107 e seus itens I a V; art. 108 e seus itens I e II e seus §§ 1.º e 2.º; art. 109 e seus itens I, II e III; art. 110 e seus itens I, II e III; art. 111; art. 112 e seus §§ 1.º e 2.º; art. 114 e seu item I, alíneas f, g, j, l, m e n, item II, alínea c, alíneas a, b e c do item III; art. 115 e seu parágrafo único e alíneas a, b, c e d; art. 116 e seu § 2.°; art. 117 e seu item I, alíneas a e c, item II e parágrafo único; art. 119 e seus itens III, IV, V, VI, VII, IX e X, e seus §§ 1.º e 2.º; art. 120; art. 121, alíneas a e b de seu § 1.º, e seu § 2.°; art. 122 e seus §§ 1.°, 2.° e 3.°; art. 123 e seus itens I a IV, e seu parágrafo único; item II do art. 124 e alínea b do seu item I; art. 125; art. 126 e seus itens I, alíneas a e b, II, III, e seus §§ 1.º e 2.º; art. 127; art. 129; art. 130 e seus itens I a VIII; art. 131 e seus itens I a IV; art. 133 e seus itens, seu § 1.º, alineas a e b, e seus §§ 2.º a 5.º; art. 134 e seu § 1.º; art. 135; art. 136 e seus itens I, II, alinea b, III, IV, seu § 1.º e alineas a, b e c, e seus §§ 2.º e 6.º; art. 137; § 1.º do art. 138; art. 139; art. 140 e seus itens I, alíneas a, b e c, e II, alíneas a e b e n.ºs 1, 2 e 3; art. 141 e seus itens, I, II e III; art. 142 e seus §§ 1.°, 2.° e 3.°, alíneas a, b e c; alíneas b, e c do item II do art. 144; art. 145 e seu parágrafo único e alíneas a, b e c; art. 149 e seus itens I, II, III, IV, V, VI e VIII; art. 150 e seus §§ 1.º a 7.º, 9.º e 10, 12 a 17, 19 e 20, 23 a 27, 30 a 32, 34 e 35; art. 152 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º, 2.º, alíneas a a f e 3.º; art. 153 e seu § 1.°; art. 154; art. 155; art. 156; itens I, II, III, IV e VI do art. 157 e seus §§ 2.°, 3.°, 4.°, 5.°, 7.°, 8.°, 9.° e 10; art. 158 e seus itens I a XV e XVIII a XXI, e seu § 1.°; art. 159 e seus §§ 1.° e 2.°; art. 160 e seus itens I, II e III; art. 161 e seus §§ 1.º a 4.º; art. 162; art. 163 e seus §§ 1.º e 3.º; art. 164 e seu parágrafo único; art. 165 e seu parágrafo único; art. 166 e seus itens I, II e III, e seus §§ 1.º e 2.º; art. 167 e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; §§ 1.º, 2.º e 3.º e seus itens I a V, do art. 168; art. 169 e seus §§ 1.º e 2.º; parágrafo único do art. 170; art. 171 e seu parágrafo único; e art. 172 e seu parágrafo único;

Considerando as emendas modificativas e supressivas que, por esta forma, são ora adotadas quanto aos demais dispositivos da Constituição, bem como as emendas aditivas que nela são introduzidas;

Considerando que, feitas as modificações mencionadas, todas em caráter de Emenda, a Constituição poderá ser editada de acordo com o texto que adiante se publica,

Promulgam a seguinte Emenda à Constituição de 24 de janeiro de 1967:

Art. 1.º — A Constituição de 24 de janeiro de 1967 passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

0 000000

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO I

Da Organização Nacional

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1.º — O Brasil é uma República Federativa, constituída sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios

CAPÍTULO II

Da União

Art. 8.º — Compete à União:

- I manter relações com Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções; participar de organizações internacionais;
 - II declarar guerra e fazer a paz;
 - III decretar o estado de sítio;
 - IV organizar as forças armadas;
 - V planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacionais;
- VI permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
 - VII autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;
 - VIII organizar e manter a polícia federal com a finalidade de:
 - a) executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras;
 - b) prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes e drogas afins;
 - c) apurar infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; e
 - d) prover a censura de diversões públicas;
 - IX emitir moeda;
 - X fiscalizar as operações de crédito, capitalização e seguros;
 - XI estabelecer o plano nacional de viação;
 - XII manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;
- XIII organizar a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente a seca e as inundações;
- XIV estabelecer e executar planos nacionais de educação e de saúde, bem como planos regionais de desenvolvimento;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS—CEDI

XV — explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão:

- a) os serviços de telecomunicações;
- b) os serviços e instalações de energia elétrica de qualquer origem ou natureza;
- c) a navegação aérea; e
- d) as vias de transporte entre portos marítimos e fronteiras nacionais ou que transponham os limites de Estado ou Território;

XVI - conceder anistia; e

XVII — legislar sobre:

- a) cumprimento da Constituição e execução dos serviços federais;
- b) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- c) normas gerais sobre orçamento, despesa e gestão patrimonial e financeira de natureza pública; de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; de regime penitenciário;
- d) produção e consumo;
- e) registros públicos e juntas comerciais;
- f) desapropriação;
- g) requisições civis e militares em tempo de guerra;
- h) jazidas, minas e outros recursos minerais; metalurgia; florestas, caça e pesca;
- i) águas, telecomunicações, serviço postal e energia (elétrica, térmica, nuclear ou qualquer outra);
- j) sistema monetário e de medidas; título e garantia dos metais;
- política de crédito; câmbio, comércio exterior e interestadual; transferência de valores para fora do País;
- m) regime dos portos e da navegação de cabotagem, fluvial e lacustre;
- n) tráfego e trânsito nas vias terrestres;
- o) nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvívicolas à comunhão nacional;
- p) emigração e imigração; entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- q) diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos;
- r) condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas;
- s) símbolos nacionais;
- t) organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios;
- u) sistema estatístico e sistema cartográfico nacionais; e
- v) organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização.

Parágrafo único — A competência da União não exclui a dos Estados para legislar supletivamente sobre as matérias das alíneas c, d, e, n, q e v do item XVII, respeitada a lei federal.

Art. 9.º — À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

io: 20



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | JOSE' MACHA | 460 | |
|---------------------------|-------------|----------------|------------|
| Partido: | :UF: 5P | _: Gabinete: _ | 276 |
| Nome do Deputado: |) lee | | - Constant |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Je -u | mul | | | _ |
|---------------------------|---------|---------|---------------|-----|---|
| Partido: PT | ; UF: _ | MG | : Gabinete: _ | 283 | |
| Nome do Deputado: | Jaño Fa | monelle | a | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Monte | Marin | Control of the last of the las | |
|---------------------------|-------|----------------|--|--|
| Partido: PT ; UF: | SP | _: Gabinete: _ | 285 | |
| Nome do Deputado: Angelo- | Guado | ignin | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputa | qo. | | 1 | L : . | The state of the s | |
|-----------------------|------|-------|--------|-------------------|--|-----|
| Assiriatura do Deputa | uo | | | +24 | a. | IN: |
| Partido: PSL | | UF CC | : Gab | oinete: <u>36</u> | 8 | |
| Nome do Deputado: | fore | Clers | ander. | | | _ |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado | o: FERNANDO | GABEIRA | | | |
|------------------------|-------------|---------|----------------|-----|---|
| Partido: PV | ; UF: _ | RJ | _: Gabinete: _ | 374 | _ |
| Nome do Deputado: _ | Jaseira | | | | _ |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado"**, um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura | a do Deputado: | Spulo | Que | | (AG | SNALDO | QUEIRO |
|------------|----------------|-------|-----|----------|---------|--------|--------|
| Partido: _ | PCdoB | ; UF: | DF | _: Gabir | nete: _ | 379 | |
| Nome do | Deputado: | | | 1 | | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | | _ | NIC | |
|-------------------------|-------|--------|---------------|-----|
| Partido: Pm DB | ; UF: | AP | : Gabinete: _ | 383 |
| Nome do Deputado: | mom'(| Juanez | | |



Vous pregar

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- ...

"_ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

.IUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasii: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENCÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.: |
|--|
| Assinatura do Deputado: |
| Partido:; UF:; Gabinete: |
| Nome do Deputado: |
| ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!! |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"_ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| | FIAAVO | | | | |
|-------------------------|-----------------|------------------|---------------|-----------|-------|
| Recebe esta PEC, do par | amentar signatá | rio e abaixo ide | entificado, e | este term | no de |
| indicação.: | | | | 1 | |
| Assinatura do Deputado: | (a) Col | NO | | | _ |
| 0-1 | T. HE. M | Gabine | te: 4 | 73 | |
| Partido: | - | | | 75 | |
| Nome do Deputado: | phaldo | Vosco | ncelle | | |
| | | | A | | OVOE |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | 7 | |
|-------------------------|------------------------|-----|
| Partido: PMDB | ; UF: SP : Gabinete: _ | 478 |
| Nome do Deputado: | ALBERTO MOURAU | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | Willeddell | A STATE OF THE STA |
|---------------------------|----------------------|--|
| Assinatura do Deputado: _ | Stifffff) | |
| Partido: PMDB | UF: Pre: Gabinete: _ | 481 |

Nome do Deputado: MOACIR MICHELETTO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"_ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signat indicação.: | ário e abaixo identificado, este termo de |
|--|--|
| Assinatura do Deputado: | |
| Partido: PPB ; UF: R | J : Gabinete: 482 |
| Nome do Deputado: Jair Boc | SOWARD |
| ATENÇÃO: Após o preenchim comunique-se com o gabinete 332, | ento desse termo, por favor Ramal 5332. Muito Obrigado!!! |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | | ~ | Carden Carden Control of the Carden Control |
|-------------------------|-----------|-------------|---|
| Assinatura do Deputado: | the M | | |
| Partido: PTB | ; UF:RJ | : Gabinete: | 566 |
| Nome do Deputado: ROD | RIGO MAIA | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"_ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

Nome do Deputado:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe | esta | PEC, | do | parlamentar | signatário | e | abaixo | identificado, | este | termo | de |
|----------|------|------|----|-------------|------------|---|--------|---------------|------|-------|----|
| indicaçã | 0.: | | | | /// | / | | | | | |
| | | | | | | y | 9 | | | | |

| Assinatura do Deputado | o: | 1911 | 1 | - 12 M 2 M 2 M 2 M 2 M 2 M 2 M 2 M 2 M 2 | |
|------------------------|---------|------|---------------|--|--|
| Partido: PSB | ; UF: | AR | : Gabinete: _ | 571 | |
| Nome do Deputado: _ | EVANDRO | m11 | JAO MEN | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

" - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | | 0 | | X |
|-------------------------|----------|-------------|-----|---|
| Assinatura do Deputado: | Built | | | |
| Partido: PPB | ; UF:AP | : Gabinete: | 574 | |
| Nome do Deputado: Dr.º | BENEDITO | DIAS | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Mongo. | Makes | Carried |
|-------------------------|----------|---------------|---------|
| Partido: | : UE: 12 | : Gabinete: _ | 521 |
| Nome do Deputado: | home | where & | |
| Trome de Departado. | Marie 5 | () | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | | | | |
|--------------|--------------|------------|-----------------|--|
| Assinatura d | lo Deputado: | 1/03 | | |
| Partido: | PT | ; UF: / SP | : Gabinete: 579 | |

Nome do Deputado: 10 AO PAULO

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido:

Partido:

TX/XC/O DEPUTADO

TX/

ATENÇÃO: Por favor, após preenchido desse termo apoiamento, comunique-se com o Gabinete do Dep. Hugo Biehl (PPB/SC), N.º 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

Nome do Deputado:





A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe e indicação | | do parl | amentar sig | natário e | abaixo identi | ficado, este | termo de |
|--------------------|------------|---------|-------------|-----------|---------------|--------------|----------|
| Assinatura | a do Deput | ado: | | > | | | |
| Partido: _ | PB | | ; UF: _ | PA | : Gabinete: | 584 | |

Nome do Deputado: TOSUE BENGTSON

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputad | o: | e i | | |
|-----------------------|--------|-----|---------------|-----------|
| Partido: PSDB | ; UF: | me | : Gabinete: _ | 586 (586) |
| Nome do Deputado: | Abenin | 200 | 13 | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

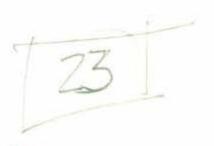
2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do pa indicação.: | arlamentar signatário e al | baixo identifica | do, este termo de |
|---------------------------------------|----------------------------|------------------|-------------------|
| Assinatura do Deputado: | | | |
| | Q | | |
| Partido: PMD B | ; UF: 5C | ; Gabinete: | 72 |
| Nome do Deputado: | Loão Mato | 5 | |





A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do p indicação.: | arlamentar sign | atário e a | baixo ider | ntificado, | este termo de |
|-----------------------------------|-----------------|------------|------------|-------------|---------------|
| Assinatura do Deputado: _ | | | | 0 | |
| Partido: PMDh | ; UF: | ing | : Gabinete | : <i>50</i> | 3 |
| Nome do Deputado: | Pupolicio | do Va | elle | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

| Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: |
|---|
| 1 |
| " Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde." |
| JUSTIFICATIVA |
| Cempetência privativa da União para legislar sobre alimentos. |

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, protecão o defeso de soúde na ésse de elimentes.

proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo dindicação.: | • |
|---|-----|
| Assinatura do Deputado: | |
| Partido: PSDB ; UF: CE : Gabinete: 505 | |
| Nome do Deputado: DBITATAN LOURY | |
| ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!! | - , |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: 🗡 | 1.2 | | _ |
|---------------------------|-----------------|-----------------|---|
| Partido: PPB | ; UF: <u>SP</u> | : Gabinete: 511 | |
| Nome do Deputado: | ELFIM NETT | 70 | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | | | |
|-------------------------|----------|-------------|-----|
| Partido: PFL | ; UF: AM | : Gabinete: | 1/5 |
| Nome do Deputado: | Tules | Ritin | 9 |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Cy Che. |
|-------------------------|-------------------|
| Partido: PDF | ; UF:: Gabinete:: |
| Nome do Deputado: 201 | 5 EDUARDO |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado: ______; UF: _____; Gabinete: ______

Nome do Deputado:



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | SANTOS | FILHO C | |
|-------------------------|---------|-------------|-----|
| Partido: PFL | :UF: PR | : Gabinete: | 522 |
| Nome do Deputado: | PL-LIho | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Welinton Fagundes | i. |
|-------------------------|-------------------|----|
| Partido: PSDB | ; UF:: Gabinete: | |
| Nome do Deputado: | | _ |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | | | Race | |
|------------------------------|---------|------|----------------|-----|
| Assinatura do Deputado: | ~ | | V — | |
| Partido: P5DB | ; UF: _ | MT | _: Gabinete: _ | 524 |
| Nome do Deputado: <u>/i/</u> | 10 RC | 0551 | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado | | | |
|------------------------|-------------|-------------|-----|
| Partido: PPB | ; UF: | : Gabinete: | 526 |
| Nome do Deputado: | Luis CARLOS | HEINZE | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Aller | | _ |
|-------------------------|---------|-----------------|---|
| Partido: PFL | ; UF: | _: Gabinete:528 | |
| Nome do Deputado: | CELCITA | 8iNHEIRO | _ |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do indicação.: | parlamentar signatário e | abaixo identificado, | este termo de |
|---------------------------------|--------------------------|----------------------|---------------------------------------|
| maioayao | | | • |
| Assinatura do Deputado: | Kkerl | | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · |
| Partido: PSDB | ; UF: | _: Gabinete:52 | 9 |
| Nome do Deputado: | Roberts Coellio | Rocha. | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIØ

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido:

UF:

Gabinete:

Nome do Deputado:

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

indicação :

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| maroayao | |
|-------------------------|--------------------|
| Assinatura do Deputado: | MMO |
| Partido: PF/; UF: | 919: Gabinete: 531 |
| Nome do Deputado: | er larneires |

ATENÇÃO: Por favor, após preenchido desse termo apoiamento, comunique-se com o Gabinete do Dep. Hugo Biehl (PPB/SC), N.º 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

boula



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

ATENÇÃO: Por favor, após preenchido desse termo apoiamento, comunique-se com o Gabinete do Dep. Hugo Biehl (PPB/SC), N.º 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

12. U.S. (12.2)



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado | : Granher | | |
|------------------------|----------------|------------------------|--|
| Partido: P50B | ; UF: MC | : Gabinete: <u>540</u> | |
| Nome do Deputado: | Eduardo Barbos | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | LUCIANO | PIZZATTO | |
|---------------------------|---------|---------------|-----|
| Partido: | ; UF: | : Gabinete: _ | 541 |
| Nome do Deputado: | | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta indicação.: | PEC, do | parlamentar | signatário e | abaixo identifi | cado, este termo de |
|-------------------------|---------|-------------|--------------|-----------------|---------------------|
| Assinatura do | / | | la | | |
| Partido: | 884 | ; UF: | - TT. C. | : Gabinete: _ | 242 |
| Nome do Dep | outado: | a dec mo | Leas | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – . . .

"___ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este ndicação.: | termo de |
|---|---------------------|
| Assinatura do Deputado: Partido: PPB | |
| Nome do Deputado: Wagmer Salustiamo | |
| ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, po comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332, Muito Obrig | r favor, jado!!! |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Roland Capigne |
|-------------------------|------------------|
| Partido: | ; UF:: Gabinete: |
| Nome do Deputado: | -// Lm |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido:

· IIF.

: Gabinete:

5556

Nome do Deputado: _

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | | Mo | - | 1 | |
|-------------------------|---------|------|---------------|-----|---|
| Partido: <u>PFL</u> | ; UF: | RN | : Gabinete: _ | 558 | |
| Nome do Deputado: | BETINHO | ROSA | 00 | | _ |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado | o: Alvo | adra- | _ |
|------------------------|----------|------------------|---|
| Partido: PSD | 3; UF: _ | : Gabinete: | |
| Nome do Deputado: | Maria | de Lourde Aleria | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta | PEC, | do parlamentar | signatário | e abaixo | identificado, | este | termo | de |
|-------------|------|----------------|------------|----------|---------------|------|-------|----|
| indicação.: | | | | | | | | |

| | | -4 | 0 |
|-------------------------|--------|-------------|-----|
| Assinatura do Deputado: | Al A | | |
| Partido: PELC | ; UF: | : Gabinete: | 201 |
| Nome do Deputado: | Quel 9 | ile Sin | 2 |
| | 1 | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE ÁPOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido:

Nome do Deputado:

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

: Gabinete: 209

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura | a do Deputado: | SUDE | 26 | 10 EIRI | 26440 |
|------------|----------------|-------|---|-------------|-------|
| Partido: _ | PMDB | ; UF: | es_ | : Gabinete: | 212 |
| Nome do | Deputado: | Megu | <u>, , , , , , , , , , , , , , , , , , , </u> | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado | Seussjuice | | |
|------------------------|-------------|-------------|--|
| Partido: PMDB | ; UF:MG | : Gabinete: | |
| Nome do Deputado: _ | Marcos Lima | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PE indicação.: | C, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de |
|----------------------------|---|
| Assinatura do Dep | outado: Louesfalo / Cair do |
| - 14.1.10 4034 (MAN-6) | |
| Partido: | ; UF: <u>G</u> : Gabinete: <u>22</u> |
| Nome do Deputad | do: LONAUDO RAMOS CAÍADO |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| | 200 | | |
|-------------------------|---------|--------------|---|
| Assinatura do Deputado: | H440NSO | Camareo | |
| Partido: PPL | ; UF: | _: Gabinete: | _ |
| Nome do Deputado: | CH - C | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

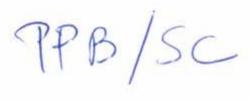
Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura | a do Deputad | o: | 2 A | luvoln | |
|------------|--------------|--------------|---------|----------------|------|
| Partido: _ | PSDB | ; UF: _ | ma | _: Gabinete: _ | 23.5 |
| Nome do | Deputado: _ | BONIFACTO DE | ANDRADA | ž | |

ATENÇÃO: Por favor, após preenchido desse termo apoiamento, comunique-se com o Gabinete do Dep. Hugo Biehl (PPB/SC), N.º 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

(X





A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | phena | MARIST SERRAND |
|-------------------------|----------|------------------|
| Partido: TSDB | ; UF: | _: Gabinete: 237 |
| Nome do Deputado: | MARISA S | SERRINO |

ATENÇÃO: Por favor, após preenchido desse termo apoiamento, comunique-se com o Gabinete do Dep. Hugo Biehl (PPB/SC), N.º 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

23 3 00



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Rafael Gneau | |
|-------------------------|----------------|-----------------|
| Partido: PSDB | ; UF: M Gabine | ete: <u>239</u> |
| Nome do Deputado: | Frillofalllee | 13 |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Cocpedto junior | |
|---------------------------|-----------------|-------------------------|
| Partido: PFL | ; UP: RO | : Gabinete: <u>94</u> 0 |
| Nome do Deputado: 👱 | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatu | ra do Deputado: | (the state of the | |
|----------|-----------------|--|-----------------|
| Partido: | PSDB | () | : Gabinete: 242 |
| Nome do | Deputado: | ULIO SEMEGHI | Ni |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do par | rlamentar sign | atário e abaixo | identificado, | este termo de |
|-------------------------|----------------|-----------------|---------------|---------------|
| indicação.: | | 7 | | |
| | | | 1 | |
| Assinatura do Deputado: | | | . + 1 ' -0 | |
| Partido: | ; UF: | : Gab | oinete: | 13 |
| Nome do Deputado: | EP. CARI | -08 MEL | LES | |



Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | elió-tictes | - Andrews - Andr |
|-------------------------|----------------|--|
| Partido: PPB | ; UF:: Gabinet | e: <u>244</u> |
| Nome do Deputado: | 5000 TODA | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta | PEC, | do | parlamentar | signatário | е | abaixo | identificado, | este | termo | de |
|-------------|------|----|-------------|------------|----|--------|---------------|------|-------|----|
| indicação.: | | | | |) | | | | | |
| | | | | 11 | ٨. | | | | | |

Assinatura do Deputado:

Partido:

PAT

UF: 5C : Gabinete: 245

Nome do Deputado:

DEP: FERNANDO CORUSA

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido:

Nome do Deputado:

Gabinete:

ATENÇÃO: Por favor, após preenchido desse termo apoiamento, comunique-se com o Gabinete do Dep. Hugo Biehl (PPB/SC), N.º 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

onle



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido:

Pett ; UF: SC : Gabinete:

Nome do Deputado:

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Pett ; UF: SC : Gabinete:

ATENÇÃO: Por favor, após preenchido desse termo apoiamento, comunique-se com o Gabinete do Dep. Hugo Biehl (PPB/SC), N.º 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

Joneialo 33/3



Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, o indicação.: | lo parlamentar s | ignatário | e abaixo identi | ficado, este termo de |
|--------------------------------|------------------|-----------|-----------------|-----------------------|
| | to: Jenece | e- / | 57 | |
| Assinatura do Deputado | 10: | | | |
| Partido: | ; UF: _ | RI | : Gabinete: | 256 |
| Nome do Deputado: _ | Jemae | ch Go | nealing | |
| | | 0 | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe | esta | PEC, | do | parlamentar | signatário | е | abaixo | identificado | , este | termo | de |
|----------|------|------|----|-------------|------------|---|--------|--------------|--------|-------|----|
| indicaçã | Ο. | | | | | | | 0 | | | |

Assinatura do Deputado:

Partido: 4 P13

. 80 10

Gabinete:

Nome do Deputado:

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

" - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: Moberto | Balestra |
|---------------------------------|--------------------|
| Partido: PPB; UF: | 60 : Gabinete: 262 |
| Nome do Deputado: | Ed. P. |





Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Dep | outado: | |)n | |
|-------------------|---------------|-----------|---------------|-----|
| Partido: PFL | | ; UF: RR | : Gabinete: _ | 304 |
| Nome do Deputad | do: FRANCISCO | RODRIGUES | | |



Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

- . . .
 "__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo indicação.: | de |
|--|-----|
| Assinatura do Deputado: | |
| Partido: PmbB; UF: m6 : Gabinete: 30+ | _ |
| Nome do Deputado: Fernando Diniz | - 1 |
| | |



A PEC aditiva proposta pelo Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

- Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido: PS DB

: Gabinete: 308

Nome do Deputado:

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | | up | |
|-------------------------|--------|-------------|-----|
| Assinatura do Deputado: | Just | | 300 |
| Partido: | ; UF:/ | : Gabinete: | 00 |
| Nome do Deputado: | DARCI | 005 | LHO |



Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

'__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Z II G I Z / II G I G |
|---|
| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.: |
| maroayao |
| Assinatura do Deputado: |
| Partido:; UF:; Gabinete: |
| Nome do Deputado: Jose Lourenco |
| ATENIOÃO |



Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do pa indicação.: | arlamentar signatário e abaixo identi | ficado, este termo de |
|------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| • | A A | |
| Assinatura do Deputado: | (Lebers) | |
| Partido: | ; UF:; Gabinete: | 316 |
| Nome do Deputado: | FETTER JUNIOR | |
| | 52 529 | |



Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

'__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do indicação.: | parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de |
|---------------------------------|---|
| mulcação | |
| Assinatura do Deputado | DOUL! |
| Partido: PB | ; UF:; Gabinete: |
| Nome do Deputado: | Abmed ANIBIO TORGE |
| ATENICÃO: A-á- | |



Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido: PGDB ; UF: BA : Gabinete: 370

Nome do Deputado: 5000 Leão

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Loje | | |
|-------------------------|------------|----------------|-----|
| Partido: PMDB | ; UF:DF | _: Gabinete: _ | 321 |
| Nome do Deputado: | erts Frage | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Alberto | goldw | au |
|---------------------------|----------|-------------|-----|
| Partido: PSDB | ; UF: SP | : Gabinete: | 324 |
| Nome do Deputado: | aut | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta | PEC, o | do parlame | entar si | gnatário | e abaixo | identificado, | este t | ermo de |
|---------------|---------|------------|----------|----------|----------|---------------|---------|----------|
| indicação.: | | | 1 | 1 | 1 | 1 | | |
| | | / | 1/ | | / | _//_ | Company | Contract |
| | | 1 | nhi | 1// | any | | | |
| Assinatura do | Deputa | d6: | | (| | 8 | | |
| Partido: | FL | | _; UF: _ | 36 | : Gab | inete: 3 | 25 | |
| Nome do Dej | outado: | ANTO | DNI | 00 | ARLO | S KONS | DE G | (EL) |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: [– direito civil e militares, . . .

" - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura d | o Deputado: | Ex | | | | |
|--------------|-------------|----------|------|-------------|-----|----|
| Partido: | | ·ME· | MG | : Gabinete: | 327 | -7 |
| | | ,,,,,,,, | 7.12 | | | |
| Nome do De | eputado: | 720 | 7 | | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PE | C, do parlamentar sign | atário e abaixo identificado, este termo de |
|-------------------|------------------------|---|
| indicação.: | | |
| | | |
| | Tours | |
| Assinatura do Dep | outado: | |
| Partido: PPP | ; UF: | : Gabinete: 330 |
| | | 7 |
| Nome do Deputa | do: CZRSON | l'e res |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | | |
|-------------------------|----------------------|--|
| Partido: RTN | ; UF:: Gabinete:33_1 | |
| Nome do Deputado: | Jose de Abren. | |



Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido: _____; UF: _____: Gabinete: ______:

Nome do Deputado:

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado: _______; UF: MG ______: Gabinete: ________

Nome do Deputado: Jame Martins

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do indicação.: | parlamentar signatário e | abaixo identific | ado, este termo de |
|---------------------------------|--------------------------|------------------|--------------------|
| | | | |
| Assinatura do Deputado: | | * | |
| Partido: PSDB | ; UF: <u>PF</u> | _: Gabinete: | 334 |
| Nome do Deputado: | ARLOS | BAT | ATA |

1

Proposta de Emenda a Constituição

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Jose Francis dos his | C |
|---------------------------|-----------------------------|-----|
| Partido: PSDB | ; UF: 60 (A 5 : Gabinete: _ | 335 |
| Nome do Deputado: | JUQUINHA | |



Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.: |
|---|
| Assinatura do Deputado: |
| Partido: FZ ; UF: TO : Gabinete: 379 |
| Nome do Deputado: |
| ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, |

comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

" - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido: UF: UF: Gabinete: 340

Nome do Deputado: 4013 | SAR 3550

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:



Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do De | eputado: _ | JOSÉ | INDIO | | Corporate Substitute | | |
|------------------|------------|---------|-----------|-----------|----------------------|-----|-------|
| Partido: PM [| B | ; UF | : SP | _: Gabine | te: 34 | U | |
| Nome do Deputa | ado: | 0 | | | | | |
| ATENÇÃO: | Após | o preer | nchimento | desse | termo, | por | favor |

comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

" - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | | \bigwedge | C |
|--------------------------|---------|-------------|-----------------|
| | | | |
| Assinatura do Deputado:(| tamon | | , |
| Partido: PL | ; UF: | Cabin | ete: <u>398</u> |
| Nome do Deputado: | SPO WAD | UDERV | 91 |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

/_ . . .
"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Sloup | ion | |
|---------------------------|------------|-------------|-----|
| Partido: PFL | ; UF: Pal | : Gabinete: | 352 |
| Nome do Deputado: | ABELLIN DO | LU PIOG | 1 |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APÓIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado: ______; UF: _____; Gabinete: ______354

Nome do Deputado: DE VELASCO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| indicação.: | arlamentar signatario e abaixo | identificado, este termo de |
|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| , | | |
| Assinatura do Deputado: _ | tre o | Lowers |
| Partido: | ; UF:: Gab | inete: <u>3</u> 56 |
| Nome do Deputado: | SERGIO NO | ZIQV |
| ATENICÃO. A. á. | | one: Management and Management |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

| Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: |
|---|
| " Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde." |
| JUSTIFICATIVA |
| Competência privativa da União para legislar sobre alimentos. |
| 1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos. |
| 2- OBJETIVOS: A- Harmonização das normas referente a alimentos; B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos; C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas; |
| D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais; E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem |

MENÇÃO DE APOIO

número de ações que estão tramitando nos tribunais.

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | IARA BERNORDI | Control of the Parks of the Par |
|-------------------------|---------------|--|
| Partido: PT | ; UF: S? | _: Gabinete:3 6 0 |
| Nome do Deputado: | goe de | and: |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Jewe Mi | | |
|-------------------------|-----------|---------------|-----|
| Partido: PFL | ; UF:/ RR | : Gabinete: _ | 401 |
| Nome do Deputado: | LUCIANO C | Amo | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | · June | | |
|-------------------------|--------------|----------------|-----|
| Partido: PSDB | ; UF: M 6 | _: Gabinete: _ | 402 |
| Nome do Deputado: | JOSÉ MILITAD | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado"**, um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | tuo | | |
|-------------------------|--------|------------------------|--|
| Partido: | ; UF: | : Gabinete: <u>406</u> | |
| Nome do Deputado: | Tedoso | chaves | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

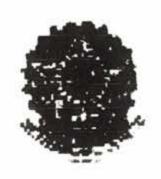
2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.: |
|---|
| Assinatura do Deputado: |
| Partido: PFL ;UF: PE : Gabinete: 408 |
| Nome do Deputado: JOEL DE HOLLANDA |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde." 1- . . .

JUSTIFICATIVA

Cempetência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: R | DATE | COC C | MARKET . |
|---------------------------|-------------|-------------|----------|
| Assinatura do Deputado: | ICARDO CARI | 1 | 1.0 |
| Partido: PPB | UF: PR | : Gabinete: | 12 |
| Nome do Deputado: | Yerodo | Olm | |
| | | | nor favo |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| | Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicaçõe: |
|--------|---|
| | indicação.: |
| SeRU | A Sung Com |
| 0.011A | Assinatura do Deputado: |
| 716 | Partido: PFL ; UF. $13C$: Gabinete: 48 |
| | Nome do Deputado: 1818/9 51/9, |
| | ATENÇÃO: Por favor, após preenchido desse termo apoiamento, comunique-se com o Gabinete do Dep. Hugo Biehl (PPB/SC), N.º 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!! |



A PEC aditiva proposta pelo Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil e militares, . . .

- Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado: _

Partido: PSDB

; UF: _____: Gabinete: _______

Nome do Deputado: AUGUSTO FRANCO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Titulo da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"_ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Cempetência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| | parlamentar signatário e aba | aixo identificado, este termo de |
|------------------------|------------------------------|----------------------------------|
| indicação.: | ali- | |
| Assinatura do Deputado | | |
| Partido: PPB | ; uf: _Rs = : | Gabinete: 424 |
| Nome do Deputado: | Telmo Kivt | |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado !!!

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| indicação.: |
|--|
| |
| Assinatura do Deputado: |
| Partido: PE : Gabinete: 425 |
| Nome do Deputado: Joaquin François co. |
| |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do p indicação.: | arlamentar signatário e | abaixo identificado, este termo d |
|-----------------------------------|-------------------------|-----------------------------------|
| Assinatura do Deputado: _ | Jane Jen | |
| Partido: PF L | ; UF: | : Gabinete: 47F |
| Nome do Deputado: | 1/AMIO | GUERRA |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe e | esta | PEC, | do | parlamentar | signatário | е | abaixo | identificado, | este | termo | de |
|-----------|------|------|----|-------------|------------|---|--------|---------------|------|-------|----|
| indicação | .: | | | | | - | | | | | |

| Assinatura | a do Deputado: | my | Endor | LX : . | |
|------------|-----------------|--------|----------|---------------|-----|
| Partido: _ | P=B | _;\UF: | PE | : Gabinete: _ | 430 |
| Nome do | Deputado: Gonzo | aga 7 | Patrioto | à | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

" - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe | esta | PEC, | do | parlamentar | signatário | е | abaixo | identificado, | este | termo | de |
|----------|------|------|----|-------------|------------|---|--------|---------------|------|-------|----|
| indicaçã | 0.: | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | - | | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta indicação.: | PEC, do | parlamentar | signatário | e abaixo | identificado, | este termo |) de |
|-------------------------|------------|-------------|------------|----------|---------------|------------|------|
| | | It | Gar | 1 | Carrie | paids. | |
| Assinatura do | o Deputado | | | | | | - |
| Partido: | PSB | ; UF | SP | : Gab | inete:454 | | _ |
| Nome do De | putado: | el VILASio | FART | 5 | | | |





A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta indicação:: | PEC, do | parlamentar s | signatário | e abaixo | identifi | icado, este | e termo | de |
|-------------------------|-----------|---------------|------------|----------|-----------|-------------|---------|----|
| | | | V. 7 | - | | | | |
| Assinatura do | Deputado: | | from | _ | | | | |
| Partido: | PMDB | ; UF: | 70 | : Ga | binete: _ | 601 | | _ |
| Nome do Dep | utado: | FREIN | F IS | \ | | | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | 1 | 7 | 1 |
|-------------------------------|---------------|---------------|-----|
| | Miss | Mu 100 / | |
| Assinatura do Deputado: | - VWD | I'M W K | 4 |
| Partido: PMDB | ; UF:MG | : Gabinete: _ | 602 |
| Nome do Deputado: <u>05</u> M | IANIO PEREIRA | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe e | esta l | PEC, | do | parlamentar | signatário | е | abaixo | identificado, | este | termo | de |
|-----------|--------|------|----|-------------|------------|---|--------|---------------|------|-------|----|
| indicação |): | | | | | | | | | | |
| | | | | | 161 | | \cap | | gar. | | |

Assinatura do Deputado: ________; UF: _PR ____: Gabinete: 604

Nome do Deputado: ODÍLIO BALBINOTTI

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura | do Deputado: _ | EDMAR MOREIRA | Commence of the Commence of th |
|------------|----------------|---------------|--|
| Partido: | PPB | ; UF: MG : | Gabinete: 606 |
| Nome do I | Deputado: | =100000 | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura | do Deputado: | António | gosé | mola | | |
|------------|--------------|---------|----------|-------|---------------|--|
| Partido: | PMDB | ; UF: | CE | Man / | Gabinete: 607 | |
| Nome do E | Deputado: | | X | HWY | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| APOTAMENTO Assinatura do Deputado: | Audur | | |
|------------------------------------|----------|-----------------|----|
| Partido: PPB | ; UF: RN | : Gabinete: 609 | _ |
| Nome do Deputado: <u>IBERÊ</u> | FERREILA | | 05 |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Africi dode ferre | Constitution of the second |
|-------------------------|-------------------|----------------------------|
| Partido: | | binete: <u>613</u> |
| Nome do Deputado: | ALMEION DE JEST | us. |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do indicação.: | parlamentar signatário e aba | aixo identificado, este termo de |
|---------------------------------|------------------------------|----------------------------------|
| Assinatura do Deputado: | | |
| Partido: PPB | | Gabinete: 621 |
| Nome do Deputado: | Dep. Julio R | Declecker |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| | | × | Cast Street |
|---------------------------|-------------------|----------------------|-------------|
| Assinatura do Deputado: _ | 10002066 | Dep. SINVAL | GUAZZEL |
| Partido: PMDB | ; UF: _ <i>RS</i> | : Gabinete: <u>6</u> | 2 |
| Nome do Deputado: | | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido: PTB

UF.

: Gabinete:

Nome do Deputado:



CAMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capitulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por faita de unificação e coerência de normas.
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC. do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo dindicação.: |
|---|
| Assinatura do Deputado. |
| Partido: PG UF. AL Gabinete: 632 |
| Nome do Deputado: MAERICO WKOEKO |
| ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!! |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Norberto Teixeiro | | |
|---------------------------|-------------------|---------------|--|
| Partido: 7M03 | ; UF:/ 00/: | Gabinete: 695 | |
| Nome do Deputado: | Mellery | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do | Deputado: | Oue | claim. | lucio | |
|---------------|-----------|---------|--------|-------------|-----|
| Partido: | PSDB | ; UF: _ | CE | : Gabinete: | 658 |
| Nome do De | putado: | NTONI | 0 (| AMBRAIG | 7 |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe | esta | PEC, | do | parlamentar | signatário | е | abaixo | identificado, | este | termo | de |
|-----------|------|------|----|-------------|------------|---|--------|---------------|------|-------|----|
| indicação |).: | | | 1 | | | | | | _ | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

'__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido: PSAB; UF: PR: Gabinete: FOI

Nome do Deputado: LUIZ OM LOS HAVY

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | RICARDO RIGLIA | |
|-------------------------|----------------|---------------|
| Partido: PSDB- | | Gabinete: 702 |
| Nome do Deputado: | furtilique | |





A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura d | do Deputado: . | 11 | 1 | | |
|--------------|----------------|------------|----|-------------|-----|
| Partido: | PMDB | ; UF: _ | SC | : Gabinete: | 703 |
| Nome do D | eputado: | EDINHO BEZ | | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatur | a do Deputado: | | Comment | |
|------------|----------------|-------|-----------------|--|
| Partido: _ | PTB | ; UF: | _: Gabinete:705 | |
| Nome do | Deputado: CAIO | RIELA | | |



CAMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos

1- TESE FUNDAMENTAL. Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

A- Harmonização das normas referente a alimentos:

B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos:

C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:

D- Custo Brasil. Acameta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais:

E- Ações de inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de |
|---|
| indicação |
| |
| Assinatura do Deputado |
| |
| Partido: PPB /: UF:: Gabinete: |
| Nome do Deputado: 2/6/2 e e 5 BEVERINO CAUAZCANII |
| |
| ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor. |
| comunique-se com o gabinete 332. Ramal 5332. Muito Obrigado!! |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.: |
|---|
| IIIdicação |
| |
| Assinatura do Deputado: Wy Sleses |
| Partido: PPB ; UF: RJ ; Gabinete: +09 |
| |
| Nome do Deputado: SIMAO SESSIM |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

|- . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Shirper | | _ |
|-------------------------|---------|--------------|---|
| Partido: | ; UF: | _: Gabinete: | |
| Nome do Deputado: | SERVEIM | VENZON | |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| identificado esta termo do |
|---|
| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de |
| indicação.: |
| |
| |
| Assinatura do Deputado: |
| Partido: PF: SC : Gabinete: |
| Partido:: Gabinete:: Gabinete:: |
| |
| Nome do Deputado: |
| |
| ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, |
| ATENÇÃO. Apos o preenciminento desse termo, por lavor, |
| comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!! |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Les min | | |
|-------------------------|------------------|-------------|--|
| Partido: | ; UF: <u>R</u> J | : Gabinete: | |
| Nome do Deputado: | Cornelia | Ribeiro | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| | C, do parlamentar | signatário e | abaixo identifica | do, este termo de |
|-------------------|-------------------|--------------|-------------------|--|
| indicação.: | | | | |
| | * | 2 | | A COURSE OF THE PARTY OF THE PA |
| Assinatura do Dep | utado: | A | | |
| Partido: PF | ; UF | 5c | _: Gabinete: | 718 |
| Nome do Deputad | io: Rsin | undo co | olonso | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação:

| Assinatura do Deputado: | Slean | Stree | | |
|-------------------------|---------|-------|-------------|-----|
| Partido: PPB | ; UF: _ | R3 | : Gabinete: | 719 |
| Nome do Deputado: | laione | Atha | yde | |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe es | sta PEC, | do | parlamentar | signatário | е | abaixo | identificado, | este | termo | de |
|-------------|----------|----|-------------|------------|---|--------|---------------|------|--|----|
| indicação.: | | | | | | | 1 | | | |
| | | | | | | | / / | (| A STATE OF THE PARTY OF THE PAR | |

| Assinatura do Deputado: _ | MARCOS CINTRA Majurishita |
|---------------------------|---------------------------|
| Partido: PL | ; UF:: Gabinete:720 |
| Nome do Deputado: | MARCOS CINTRA |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura | do Deputado: | U | | | |
|------------|--------------|-----------|-----|---------------|-----|
| Partido: | PMD13 | ; UF | Ce | : Gabinete: _ | 731 |
| Nome do [| Deputado:/ | NIBAL GON | IES | | |





A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assingture de Deputado: /elle | cert |
|-------------------------------|------------------------|
| Assinatura do Deputado: | |
| Partido: RT ; UF: SP | : Gabinete: <u>434</u> |
| Nome do Deputado: | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do De | putado: | ALBÉR | ico FI | LHO C | and the second s |
|------------------|---------|---------|--------|-------------|--|
| Partido:P | DB | ; UF: _ | MA | : Gabinete: | 740 |
| Nome do Deputa | ado: | | Affelu | co Pitho | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe est | a PE | C, do | parlamentar | signatário | е | abaixo | identificado, | este | termo | de |
|-------------|------|-------|-------------|------------|---|--------|---------------|------|-------|----|
| indicação.: | | | | 1 | | | | | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido: P50B; UF: PE: Gabinete: 745

Nome do Deputado: MARCOS DESESUS



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

indicação:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| mraroayao | | | | |
|---------------------------|---------|------|---------------|-----|
| Assinatura do Deputado: _ | DIUM | (Ma | John | |
| Partido: PPB | ; UF: _ | PR | : Gabinete: _ | 746 |
| Nome do Deputado: | icter | SPER | AFICO | a |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Luhl | Contract of the last of the la | |
|---------------------------|------------|--|--|
| Partido: PSDB | ; UF:M6 | : Gabinete: 7 54 | |
| Nome do Deputado: | TTORIO MES |)(OL) | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Ille | mal | mm | The Lord Control of the Lo | |
|---------------------------|-------|------|-----------|--|----|
| Partido: PSDB | ; UF: | PR | : Gabinet | e: <u>7</u> 58 | |
| Nome do Deputado: M | AX RO | SENN | MANN | | _0 |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | SERGIO | BARRAS | | |
|-------------------------|--------|---------|----------|---|
| Partido: | ; UF: | : Gabin | ete. 201 | _ |
| Nome do Deputado: | | | | - |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

" - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | om) 3 | Bezeur. |
|-------------------------|------------|--------------|
| Partido: PMDB | ; UF: | _: Gabinete: |
| Nome do Deputado: | utada Teti | Bezerra |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| | Lorgain Anantes |
|-------------------------|--|
| Assinatura do Deputado: | Journ July 1 |
| Partido: PSDB | ; UF: <u>GD</u> : Gabinete: <u>SO4</u> |
| Nome do Deputado: | p wor ! |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | 1 1 | 111 | | |
|--|-------|-----|---------------|--|
| Assinatura do Deputado: | 12 1 | 101 | V - | and the state of t |
| Partido: | ; UF: | PB | : Gabinete: _ | 805 |
| Nome do Deputado: | DRMAN | 120 | ABÍLIO | |
| grander en la company and a co | | | / | |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

/_ . . . "__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do indicação.: | parlamentar signatário e | abaixo identific | cado, este termo | de |
|---------------------------------|--------------------------|------------------|------------------|----|
| mulcação | 14th d | | • | |
| Assinatura do Deputado: | Attouderer | | | |
| Partido: | ; UF: | _: Gabinete: _ | 806 | _ |
| Nome do Deputado: | WERNER WAN: | DERER | | _ |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | | |
|-------------------------|-------------|-------------|
| Assinatura do Deputado: | March | |
| Partido: PDT | ; UF: | : Gabinete: |
| Nome do Deputado: AL | PEU COLLARE | 5 |

2111



Proposta de Emenda a Constituição

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | GESSIVALDO | Isaias | pmob | |
|-------------------------|--------------|--------|----------------|-----|
| Partido: | ; UF: . | | `: Gabinete: _ | 817 |
| Nome do Deputado:(| gessivance S | ALAS | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do | parlamentar signatário | e abaixo | identificado, | este termo | de |
|-------------------------|------------------------|----------|-------------------|------------|----|
| indicação.: | | | | | |
| | | P- | | Comments | |
| Assinatura do Deputado: | | | | | |
| Partido: PFL | ; UF: | : Gab | oinete: <u>81</u> | 2 | |
| Nome do Deputado: | José HOMAZ | NONE | | | _ |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | hk- |
|-------------------------|------------------|
| Partido: PPB | ; UF:: Gabinete: |
| Nome do Deputado: | ARY KARA |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Aug C | |
|-------------------------|-------------------------------------|-----|
| Partido: PPS | ; UF: <u>PR</u> : Gabinete: <u></u> | _ |
| Nome do Deputado: | RUBENS BUENO | _ ; |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputad | o: Menuriero forisco |
|-----------------------|--|
| Partido: PPB | ; UF: <u>SE</u> : Gabinete: <u>824</u> |
| Nome do Deputado: _ | CLEONANCIO FONSECA |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assisstur | o do Doputado: | | fee | e etc |
|-----------|-----------------|-------|--------|-----------------|
| Partido: | a do Deputado:x | ; UF: | MA | : Gabinete: 826 |
| | Deputado: NEIV | a moi | e GIRA | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputa | do: | GRAGAL- | Contract of the second | |
|----------------------|-----|-------------|------------------------|--|
| Partido: | 1 | ; UF: | : Gabinete: 828 | |
| Nome do Deputado: | G | ilberto Kas | SSAB | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado: CRICHNO Jala

Partido: PMB ; UF: Ba : Gabinete: 832

Nome do Deputado:



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | | | |
|-------------|--------------|------------------|--|
| Assinatura | do Deputado: | Graldgrugarler. | |
| Partido: | PMDB | ; UF:: Gabinete: | |

Nome do Deputado: OSVALDO REIS

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado | Rubens Furlan | |
|------------------------|--|---|
| Partido: PPS | ; UF: <u>5P</u> : Gabinete: <u>836</u> | _ |
| Nome do Deputado: | filler, | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

- Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.
- 1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| | parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de |
|-------------------------|---|
| indicação.: | |
| Assinatura do Deputado: | Olyans Might |
| Partido: 7MDB | : UF: 75 : Gabinete: 838 |
| raitido. | |
| Nome do Deputado: | GERMANO KIGOTTO |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parla indicação.: | mentar signatário e abaixo ide | ntificado, este termo de |
|---------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| | Allo. | |
| Assinatura do Deputado: | | |
| Partido: PSPB | ; UF: PR : Gabinet | e: 842 |
| Nome do Deputado: | AGA CANTIDAT | |





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.: |
|---|
| Assinatura do Deputado: |
| Partido: UF: R. J.: Gabinete: 895 |
| Nome do Deputado: Jose Carlos Couturas |
| ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado !!! |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Luc Bittencourt | |
|---------------------------|---|------------|
| Partido: TUDB | ; UF: <u>Soias</u> : Gabinete: <u>844</u> | _ |
| Nome do Deputado: | 2 Minneyer | 4 6 |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Querezzi |
|---------------------------|---------------------------|
| Partido: Pmas | ; UF: 8R : Gabinete: 8 45 |
| Nome do Deputado: | Jamon Sooneslie |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

" - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado: Alludoson Campos

Nome do Deputado: EDUAR DO CAMPOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

- . . .
 "__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do p | parlamentar signatário | e abaixo identificado, e | este termo de |
|-------------------------|------------------------|--------------------------|---------------|
| indicação.: | | | |
| | | (Jose linhas | 205 |
| Assinatura do Deputado: | Hanhare | [JUSE //NNAI | <t></t> |
| Q DB | Po | | \cap |
| Partido: 1 | ; UF: | : Gabinete: <u>8 6</u> _ | U |
| | (11-) | | |
| Nome do Deputado: | (Janhae | | |
| 72 | | | |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do | parlamentar signatário e abaixo | o identificado, este termo de |
|-------------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| indicação.: | | |
| / | 0 | lell - |
| Assinatura do Deputado: | manny | Ja More |
| Partido: 7 FC | ; UF: PR : Gal | binete: 901 |
| Nome do Deputado: | MARCONDES SODELI | J |
| Nome do Deputado | 11110001000 | |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

" - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido: PMDB ; UF: R. Gabinete: 402

Nome do Deputado: Almerola.

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado"**, um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido: Sib ; UF: Ri : Gabinete:

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado |): | Le. | |
|------------------------|----------------|-------------|-----|
| Partido: | ; UF: <u>5</u> | : Gabinete: | 910 |
| Nome do Deputado: | MARCELO BA | RDIERI | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | FELIX | MENDONGX | |
|---------------------------|---------|-------------------|-----|
| Partido: PTB | ; UF: _ | B → : Gabinete: _ | 912 |
| Nome do Deputado: | filix | Jundonice | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | Minul | |
|---------------------------|----------------------|---|
| Partido: PRB | ; UF: PR : Gabinete: | _ |
| Nome do Deputado: | NELSON MEURER | 2 |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatario e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido:

| Compartido | C

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

| – direito civil e militares, | |
|----------------------------------|------------------------------|
| " Alimentos, na área de produção | , consumo e defesa da saúde. |

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

JUSTIFICATIVA

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Ainstrum de Demutedei | Osivel | | |
|-------------------------------|-------------|----------------|--|
| Assinatura do Deputado: | - | | |
| Partido: PMDB | ; UF:RS | : Gabinete:925 | |
| Nome do Deputado: <u>Osor</u> | aldo Biolch | vi | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | £ -3 | Carried | |
|-------------------------|-----------|-------------------------|--|
| Partido: RMD@ | ; UF: M6 | _: Gabinete: <u>932</u> | |
| Nome do Deputado: | Silas Bro | si leiro. | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deput | ado: | مام | Res- tos | |
|---------------------|----------|-----|-------------|-----|
| Partido: PSDC | ; UF: _ | PB | : Gabinete: | 938 |
| Nome do Deputado | : Inaldo | Ki | itas | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | Medine : | |
|-------------------------|--|--|
| Partido: PFL | ; UF: <u>SP</u> : Gabinete: <u>946</u> | |
| Nome do Deputado: | Deputado medeiros | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| maroayao | | |
|-------------------------|-------------|-----------------|
| | | |
| Assinatura do Deputado: | | |
| Partido: OTB | ; UF: | : Gabinete: 948 |
| Nome do Deputado: | Jeis Simoes | |

ATENÇÃO: Por favor, após preenchido desse termo apoiamento, comunique-se com o Gabinete do Dep. Hugo Biehl (PPB/SC), N.º 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

Contilla.

GER 3 17.23 004-2 (JUN/97)

indicação :

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | 2 | | | |
|-------------------------|---------|------|----------------|-----|
| Partido: PSDB | ; UF: _ | 56 | _: Gabinete: _ | 958 |
| Nome do Deputado: | Sirgio | Reis | | |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional romas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

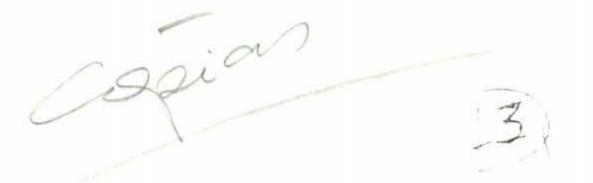
- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

•

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:





A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capitulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura | a do Deputado: | - may la | | |
|------------|----------------|----------|-------------|-----|
| Partido: _ | DFL | ; UF:/ | : Gabinete: | 401 |
| Nome do | Deputado: | LUCIANO | Carno | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | - Juny | |
|-------------------------|--------------|-------------|
| Partido: PSD B | ; UF:: Ga | binete: 402 |
| Nome do Deputado: | JOSE MILITAD | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: | 100 | | |
|-------------------------|-------|------------------------|--|
| Partido: | ; UF: | : Gabinete: <u>406</u> | |
| Nome do Deputado: | | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: |
|---------------------------------------|
| Partido: PFL ; UF: PE : Gabinete: 408 |
| Nome do Deputado: JOEL DE HOLLANDA |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!



| Deputaco | RICARDO | garros |
|----------|---------|-----------|
| RE | CEB | D a |
| Em_12/_ | 1 100 | as 1000 h |
| | | |

CAMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Título da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Cempetência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do partamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatura do Deputado: _ | RICARDO BARA | ROS | |
|---------------------------|--------------|---------------|-----|
| Partido: PPB | ;UF: PR | : Gabinete: _ | 412 |
| | You on do | DM- | |
| Nome do Deputado: | | | |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332. Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

- direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos:
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de |
|---|
| indicação.: |
| 428 |
| NA Tung |
| Assinatura do Deputado: |
| P F/ 1/20 1/10 |
| Partido:; UF!; Gabinete: |
| |
| Nome do Deputado: 18114 200 27/09, |
| 11 |
| |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

| Assinatu | ra do Deputad | lo: | 1 | Love. | <u> </u> |
|----------|---------------|---------|-----|---------------|----------|
| Partido: | PSDB | ; UF: _ | SE | : Gabinete: _ | 421 |
| Nome do | Deputado: | AUGUSTO | FRA | NW | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de Emenda a Constituição

Autor: Dep. Hugo Biehl (PPB / SC - Gabinete 332, Anexo IV)

A PEC aditiva proposta virá adicionar ao Capítulo II, do Titulo da Organização do Estado", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Cempetência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta indicação.: | PEC, | do par | amentar | signatário | e abai | xo identific | ado, este | termo d |
|-------------------------|--------|--------|---------|------------|--------|--------------|-----------|---------|
| Assinatura do | Deputa | ado: | (M | 7 | | | | |
| Partido: | 13 | | ; YF | :_RS | : G | abinete: | 424 | |
| Nome do Dep | utado: | | eln | , o Kuz | x | | | |

ATENÇÃO: Após o preenchimento desse termo, por favor, comunique-se com o gabinete 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de |
|---|
| indicação.: |
| |
| Assinatura do Deputado: |
| Partido: FFL / ; UF: FE : Gabinete: 425 |
| Nome do Deputado: Joaquin François co. |
| |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta PEC, do p | arlamentar signatário e | abaixo identific | cado, este termo de |
|---------------------------|-------------------------|------------------|---------------------|
| indicação.: | 1 | | |
| | | | |
| | Acouston | | |
| Assinatura do Deputado: _ | 7 | | |
| Partido: PF L | ; UF: | _: Gabinete: _ | 428 |
| | , | | 2-2 |
| Nome do Deputado: | 11A1410 | GUET | SKH |
| | | | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332. Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares. . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe | esta | PEC, | do | parlamentar | signatário | е | abaixo | identificado. | este | termo | de |
|----------|------|------|----|-------------|------------|---|--------|---------------|------|-------|----|
| indicaçã | 0.: | | | | ^ | (| - 0 | | | | |

Assinatura do Deputado: My PE : Gabinete: 430

Nome do Deputado: Gonzaga Patriota



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de

| indicação.: | | | |
|------------------------|-------|---------------|-----|
| Assinatura do Deputado | do: | SLC | |
| Partido: P50B | ; UF: | : Gabinete: _ | 433 |
| Nome do Deputado: | Pauls | Kebayashi | |



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas:
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

| Recebe esta indicação.: | a PEC, (| do parlamentar | signatário e | e abaixo i | dentificado | , este termo | d |
|----------------------------|-----------|----------------|--------------|------------|-------------|--------------|---|
| | | 4 | Gar | -/ | | | |
| Assinatura de | o Deputad | do: | | | | | |
| Partido: | VSE | ; UF | : | : Gabin | nete: | 7 | |
| Nome do De | putado: _ | EVILASIO | EA & A | c. | | | _ |

A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil e militares, . . .

"__ - Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde."

JUSTIFICATIVA

Competência privativa da União para legislar sobre alimentos.

1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional nas normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos.

2- OBJETIVOS:

- A- Harmonização das normas referente a alimentos;
- B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos;
- C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerência de normas;
- D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicando diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais;
- E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este sem número de ações que estão tramitando nos tribunais.

MENÇÃO DE APOIO

Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo de indicação.:

Assinatura do Deputado:

Partido: DMDB ; UF: KJ : Gabinete: 831

Nome do Deputado: Toco Mendes



A PEC aditiva proposta pelo **Dep. Hugo Biehl** (PPB / SC – Gabinete 332, Anexo IV), que adiciona ao **Capítulo II, do Título da Organização do Estado**", um novo inciso ao Art. 22 da Constituição Federal com a seguinte redação e forma:

| Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: | |
|---|-----------|
| I – direito civil e militares, | |
| " Alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde." | " |
| JUSTIFICATIVA | |
| Competência privativa da União para legislar sobre alimentos. | |
| 1- TESE FUNDAMENTAL: Permitir uma harmonização de âmbito nacional na normas que regem a fiscalização e inspeção dos processos de produção e consum proteção e defesa da saúde na área de alimentos. | |
| 2- OBJETIVOS: A- Harmonização das normas referente a alimentos; B- Evitar divercionismos inconvenientes entre as normas estaduais e federais no que tange à produção, consumo, proteção e defesa da saúde na área de alimentos; C- Evitar que o processo produtivo seja afetado por falta de unificação e coerênce de normas; D- Custo Brasil: Acarreta que os custos de produção sejam agravados, prejudicand diretamente o consumidor final e a competitividade dos produtos nacionais; E- Ações de Inconstitucionalidade: Acabar de uma vez por todas com este se número de ações que estão tramitando nos tribunais. | cia do |
| MENÇÃO DE APOIO | |
| Recebe esta PEC, do parlamentar signatário e abaixo identificado, este termo indicação.: | de |
| Assinatura do Deputado: | |
| Partido: PPS · UF: RJ · Gabinete: 482 | |

ATENÇÃO: Por favor, após preenchido desse termo apoiamento, comunique-se com o Gabinete do Dep. Hugo Biehl (PPB/SC), N.º 332, Ramal 5332. Muito Obrigado!!!

JAIR ECKAMORO

Nome do Deputado: NIVAL LINO DOARTE



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 239, de 2000

Acrescenta inciso ao art. 22 da Constituição Federal

Autor: Deputado HUGO BIEL e outros

Relator: Deputado Antônio Carlos Konder Reis

I. RELATÓRIO

Trata-se de proposta de emenda constitucional pela qual o nobre Deputado Hugo Biel pretende a inclusão de inciso no art. 22 da Constituição, para atribuir à União competência privativa para legislar sobre "alimentos, na área de produção, consumo e defesa da saúde".

Argumenta o nobre autor da proposição que o fato de a Constituição de 1988 haver tratado, no art. 24, V e XII, da competência legislativa dos entes da Federação sobre "produção e consumo" e "proteção e defesa da saúde" no âmbito da competência legislativa concorrente, situação em que a União tem sua competência limitada ao estabelecimento de normas gerais, vem gerando comportamentos que prejudicam o setor econômico brasileiro voltado para a produção e a comercialização de produtos alimentares – cujas unidades produtoras, não raro, estão radicadas em mais de uma unidade da Federação -, tendo em vista a profusão de normas e procedimentos nas esferas federal, estaduais e municipais.



Acrescenta que essa situação, sem trazer benefício para os consumidores, compromete o desempenho do parque produtor, na medida em que se apresenta "economicamente inviável e materialmente impossível produzir alimentos que atendam a padrões diferentes em Estados e Municípios, dificultando, ainda, a celebração de acordos internacionais.

Propõe, assim, com a emenda, seja reservada à União a competência para estabelecer as regras que devem vigorar em todo o território nacional sobre "padronização, formulação, autorização, rotulagem, registro, transporte, armazenagem, fiscalização ou inspeção de alimentos", sem prejuízo da atuação dos Estados e dos Municípios na inspeção dos locais de produção e na fiscalização dos pontos de venda.

A proposta de emenda satisfaz o disposto no art. 60, I, §§ 1°e 4° da Constituição, pois que:

- a) é subscrita pois mais de um terço dos membros da Câmara dos
 Deputados;
- b) não estão presentes as situações impeditivas de sua tramitação, quais sejam, a intervenção federal nos Estados ou no Distrito Federal, o estado de sítio ou o estado de defesa;
- c) não tende a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais.

Anote-se que a emenda não identifica, pelo número, qual o inciso a ser incluído no art. 22 da Constituição, limitando-se a oferecer o texto pretendido, aspecto formal a ser considerado no âmbito da Comissão Especial prevista no Regimento Interno, quando da deliberação de mérito.



II. VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, estando satisfeitos os pressupostos para a sua tramitação, sou pela admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional nº 239, de 2000.

Sala da Comissão, em 27 de junho de 2000

Deputado ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 239, DE 2000

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 239/00, nos termos do parecer do Relator, Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão – Presidente, Zenaldo Coutinho e Osmar Serraglio – Vice-Presidentes, Custódio Mattos, Fernando Gonçalves, Murilo Domingos, Nelson Otoch, Nelson Trad, Ronaldo Cezar Coelho, Aldir Cabral, Jaime Martins, Ney Lopes, Paes Landim, Vilmar Rocha, Coriolano Sales, Júlio Redecker, Renato Vianna, Wagner Rossi, José Genoíno, Luiz Eduardo Greenhalgh, Augusto Farias, Eurico Miranda, Gerson Peres, Alexandre Cardoso, José Antônio Almeida, Sérgio Miranda, Alceu Collares, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Luciano Bivar, Átila Lira, Léo Alcântara, Odílio Balbinotti, Luís Barbosa, Nelo Rodolfo, Nelson Pellegrino e Ary Kara.

Sala da Comissão, em 05 de abril de 2001

Deputado INALDO LEITÃO Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 239-A, DE 2000 (DO SR. HUGO BIEHL E OUTROS)

Acrescenta inciso ao art. 22 da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela admissibilidade (relator: Dep. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

SUMÁRIO

- I Proposta Inicial
- II Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
 - parecer do Relator
 - parecer da Comissão

*PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 239-A, DE 2000 (DO SR. HUGO BIEHL E OUTROS)

Acrescenta inciso ao art. 22 da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela admissibilidade (relator: Dep. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

*Proposta inicial publicada no DCD de 24/05/00

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUMÁRIO

- parecer do Relator
- parecer da Comissão



Oficio nº 274/01 – CCJR Publique-se. Em 20/04/01

> AÉCIO NEVES Presidente

> > Documento: 1129 - 1



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

OF. N° 274-P/2001 - CCJR

Brasília, em 10 de abril de 2001

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, a Proposta de Emenda à Constituição nº 239/00, apreciada por este Órgão Técnico, em 05 de abril do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Deputado INALDO LEITÃO Presidente

A Sua Excelência o Senhor Deputado AÉCIO NEVES DD. Presidente da Câmara dos Deputados N E S T A

CCP 1437/01 20/4/01 18:00 2566

Coordenação de Comissões Permanentes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 239, de 2000

(DO SR. HUGO BIEHL E OUTROS)

Acrescenta inciso ao art. 22 da Constituição Federal.

DESPACHO: 23/05/2000 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.)

ESPECIAL

24/05/2000 - DCD

15/06/2000 - À publicação

15/06/2000 - À CCJR

15/06/2000 - Entrada na Comissão

27/06/2000 - Devolução da Proposição

05/04/2001 - Aprovação unânime do parecer do relator, Deputado Antônio Carlos Konder Reis, pela admissibilidade.

06/04/2001 - DCD - LETRA A

19/04/2001 - LETRA A - publicação do parecer da CCJR.